

ESPAÇOS CULTURAIS E DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA: A PRÁXIS DE UMA EPISTEMOLOGIA AMAZÔNICA

CULTURAL SPACES AND ARTISTIC TRAINING: THE PRÁXIS OF AN
AMAZONIAN EPISTEMOLOGY

ESPACIOS CULTURALES Y FORMACIÓN ARTÍSTICA: LA PRÁXIS DE UNA
EPISTEMOLOGÍA AMAZÓNICA

Suanny da Silva Alves¹, Luziene da Silva Pinheiro², Fernanda Priscila Alves da Silva³, Evandro
Luiz Ghedin⁴, Josiney da Silva Trindade⁵

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3526

Recibido: 01/09/2025 | Aceptado: 29/09/2025 | Publicación en línea: 06/10/2025.

RESUMO

Neste artigo, tivemos como objetivo analisar como os espaços não formais de educação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC/AM) e do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro (LAOCS) permitem a construção de conhecimento e a valorização da cultura amazônica. Os pressupostos teóricos estão fundamentados em autores como Freire (1987), Gohn (2006; 2011), Gadotti (2005), entre outros. Trata-se de um relato de experiências profissionais vivenciadas na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e no Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, em Manaus-AM. Como resultado, discutimos como os espaços não formais vêm contribuindo com o acesso, a formação artística e a disseminação desse ato educativo através da forma presencial e das tecnologias de transmissões online no fomento à preservação e difusão multicultural da identidade amazônica expressada em práticas pedagógicas inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Amazônia. Cultura. Educação. Epistemologia Decolonial. Tecnologia.

¹ Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: suhalves8@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6820-3144>

² Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: lupinheiro@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6751-7596>

³ Doutora em Educação e Contemporaneidade, Programa de Pós Graduação e Contemporaneidade (PPGEDUC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: fernandasilva@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3795-3916>

⁴ Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade de São Paulo (USP), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: evandroghedin@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2844-6122>

⁵ Doutorando em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: josiney.trindade@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5423-8466>

ABSTRACT

In this article, our objective was to analyze how the non-formal education spaces of the State Secretariat of Culture and Creative Economy of Amazonas (SEC/AM) and the Claudio Santoro School of Arts and Crafts (LAOCS) enable the construction of knowledge and the appreciation of Amazonian culture. The theoretical framework is based on authors such as Freire (1987), Gohn (2006; 2011), Gadotti (2005), among others. This is a report of professional experiences lived at the State Secretariat of Culture and Creative Economy and at the Claudio Santoro School of Arts and Crafts, in Manaus-AM. As a result, we discuss how non-formal spaces have contributed to access, artistic training, and the dissemination of this educational practice, both in person and through online transmission technologies, fostering the preservation and multicultural diffusion of Amazonian identity expressed in inclusive and equitable pedagogical practices.

Keywords: Amazon. Culture. Education. Decolonial Epistemology. Technology.

RESUMEN

En este artículo, nuestro objetivo fue analizar cómo los espacios de educación no formal de la Secretaría de Estado de Cultura y Economía Creativa de Amazonas (SEC/AM) y del Liceo de Artes y Oficios Claudio Santoro (LAOCS) permiten la construcción de conocimiento y la valorización de la cultura amazónica. Los fundamentos teóricos se basan en autores como Freire (1987), Gohn (2006; 2011), Gadotti (2005), entre otros. Se trata de un relato de experiencias profesionales vividas en la Secretaría de Estado de Cultura y Economía Creativa y en el Liceo de Artes y Oficios Claudio Santoro, en Manaus-AM. Como resultado, discutimos cómo los espacios no formales han contribuido al acceso, la formación artística y la difusión de esta práctica educativa, tanto de manera presencial como mediante tecnologías de transmisiones en línea, fomentando la preservación y la difusión multicultural de la identidad amazónica expresada en prácticas pedagógicas inclusivas y equitativas.

Palabras clave: Amazonía. Cultura. Educación. Epistemología Decolonial. Tecnología.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A cultura no Brasil tem enfrentado uma trajetória marcada por avanços e desafios (Rubim, 2017), refletindo as contradições políticas e a complexidade de um país formado por uma vasta diversidade étnica e cultural, e também marcado por significativas desigualdades sociais. Desde os primórdios da colonização, quando os povos indígenas eram os únicos habitantes, até os dias atuais, o Brasil testemunhou a integração de inúmeros grupos étnicos, cada um contribuindo para

a formação de uma sociedade multifacetada. Contudo, essa rica tapeçaria cultural tem enfrentado desafios como o racismo, o elitismo cultural e a desigualdade social (Hasenbalg, 2005; Almeida, 2019).

Neste contexto, a implementação de políticas multiculturais, como a criação do Ministério da Cultura e a promulgação de leis, a exemplo da Lei Rouanet, visa reconhecer e fomentar essa diversidade. O reconhecimento e a valorização da cultura regional, em especial na Amazônia, são cruciais para preservar e promover as identidades culturais locais (Oliveira, 2023), tornando-se imperativo integrar esses elementos aos espaços educacionais e às práticas pedagógicas.

Assim sendo, torna-se necessário considerar como esse fortalecimento da cultura amazônica é trabalhado através do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, situado em Manaus-AM, onde as artes e a cultura regionais são difundidas nas práticas artísticas dos estudantes da rede municipal de educação. Essas iniciativas são projetadas para serem compartilhadas por meio da plataforma digital do *YouTube* da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, com o objetivo de criar um acervo destinado à difusão e preservação do “ser amazônida”, assegurando acessibilidade total, de forma presencial e virtual.

Nesses locais, a ênfase recai sobre a expressão verbal, o intercâmbio de ideias e a formação de conhecimento, reconhecendo os estudantes como participantes críticos e detentores de direitos sociais e culturais. No qual entendem que tanto a história do outro quanto a sua própria carrega um valor que constituem a base para adotar uma postura crítica em relação às imposições sociais.

A diversidade cultural da Amazônia que encontramos nos espaços não formais de educação administrados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC/AM), é um ambiente fértil para a preservação e difusão de suas tradições. Por meio da imersão educacional e artística, assim como do contato direto com a historicidade local, esses espaços proporcionam uma oportunidade única de conexão profunda com as raízes culturais da região.

No mundo atual, onde a globalização e o avanço tecnológico ocorrem de maneira acelerada, preservar e compartilhar as tradições culturais locais se tornou um desafio essencial para manter vivas as raízes e identidades das comunidades. Nesse cenário que as iniciativas implementadas pela SEC e pelo Liceu de Artes, destacando as apresentações no emblemático Teatro Amazonas e a ampliação do acesso por meio de transmissões online, ilustram a importância essencial de articular cultura, educação e tecnologia.

Essas ações não apenas garantem que o patrimônio cultural amazônico seja acessível a todos, independentemente de barreiras físicas ou geográficas, mas também fomentam a valorização dessa herança cultural. A utilização de plataformas digitais como o YouTube, se mostra uma ferramenta eficaz para documentar e difundir essas manifestações culturais globalmente, promovendo um intercâmbio cultural que reforça a diversidade e garante que as vozes da Amazônia reverberem além de suas fronteiras regionais.

Dessa forma, neste artigo, tivemos como objetivo analisar como os espaços não formais de educação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC/AM) e do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro (LAOCS) permitem a construção de conhecimento e a valorização da cultura amazônica.

CULTURA NO BRASIL: DA PROTEÇÃO À “EXTINÇÃO”

Ao longo do tempo, o termo cultura sofreu avanços significativos através dos estudos antropológicos e sociológicos, quanto à origem do homem e sua organização em sociedade, em que se predominava teorias “justificáveis” à existência de culturas superiores e inferiores, com base no desenvolvimento fenotípico dos povos (Tylor, 2017).

No entanto, este conceito foi refutado a partir das ideias estruturalistas de Lévi-Strauss (1962), que após contato com alguns povos indígenas brasileiros, afirmou não ser possível estabelecer uma hierarquização das culturas, pois cada uma possui sua complexidade de códigos que progride junto a outros elementos da estrutura social. E, de fato, a cultura brasileira é diversificada, com costumes e crenças sincréticas devido à formação étnica deste povo.

Ao retornar na linha histórica, observa-se que os únicos habitantes em terras brasileiras, até 1500, eram os povos indígenas, em várias regiões (Almeida, 2013). Com a chegada dos portugueses e o início da colonização, impõe-se a cultura europeia nos povos nativos por meio das missões jesuítas (Lasmar, 2019). Por volta do Século XVII, com o apogeu dos engenhos de cana-de-açúcar, os europeus começaram a capturar e trazer ao país, negros africanos como escravizados (Guimarães, 2025).

Na era da república, vivenciou-se um fluxo migratório intenso de italianos, vindos para o trabalho nas lavouras de café (Souza, Benvenuti, 2024), e no decorrer da Segunda Guerra Mundial, japoneses, alemães e judeus vieram buscar refúgio em solo brasileiro (Oliveira, 2013). E dentre outros povos, que adentraram no país, e fizeram esse prosseguimento miscigenatório se

tornar uma composição étnica extremamente diversificada, estando refletida nos traços físicos, costumes, tradições culinárias, religiões e línguas presentes no país. Mas, infelizmente, toda essa diversidade étnica tem sofrido mazelas sociais como o racismo, o elitismo cultural e a desigualdade social.

Na tentativa de reverter tais realidades, foi adotado a tendência denominada por multiculturalismo, o qual reconhece essa pluriétnicidade e a pluriculturalidade presente na formação dos territórios, e de modo a fomentar essa coexistência e o respeito entre as culturas, necessita de uma intervenção estatal para fazer cumprir esses preceitos (Pena *et al.*, 2024).

As abordagens pautadas no multiculturalismo nascem das lutas dos grupos sociais historicamente discriminados e excluídos de uma cidadania plena. No entanto, ao longo do processo de aprofundamento acerca desse debate, concordamos com Candau (2008, p. 51) de que seja necessária a proposição de um “multiculturalismo aberto e interativo, que acentua a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”.

Esta perspectiva da interculturalidade rompe com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, aposta em na inter-relação entre diferentes grupos culturais e não desvincula questões da diferença da desigualdade. Desse modo, é possível afirmar que a perspectiva intercultural aponta um processo de construção plural, original e complexo. Segundo Walsh (2007), a interculturalidade crítica está intrinsecamente ligada às perspectivas decoloniais de construção do ser, saber e fazer.

No caso do Brasil, compreendendo seu processo de colonização complexo e multifacetado, houve evoluções legislativas no que diz respeito à proteção destas culturas, por exemplo, a criação do Ministério da Cultura, em 1985, que procura desenvolver e enaltecer ações de reconhecimento cultural para construção da identidade nacional. E logo depois, a Constituição Federal de 1988 destinada a assegurar, com seus princípios norteadores, a harmonia social. Estabelecendo, nos artigos 215 e 216, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além do apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais individuais ou coletivas (Brasil, 1988).

Estando, portanto, o direito à cultura consolidado como direito constitucional, outros progressos nacionais se desencadearam atrelado ao percurso conturbado do Ministério da Cultura. Entre os anos de 1990 a 1991, antes desse Ministério ser dissolvido, foi criada a Lei Rouanet e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Em 1993, com a restauração do Ministério da

Cultura, no Governo Itamar Franco, promulga-se a Lei do Audiovisual. E desde 1999, com a retomada do ministério, diversos programas e leis emergiram dentre eles: os Pontos de Cultura, Cultura Digital, Vale-Cultura, forte apoio a projetos de valorização da cultura regional, indígena e quilombola.

No ano de 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o presidente interino, Michel Temer decreta a extinção do Ministério da Cultura e cria o Ministério da Educação e da Cultura, retomando vínculo antigo entre as áreas (Silva, 2023). No entanto, essa decisão gerou resistência por parte de atores, políticos, setores culturais e a sociedade civil, que se organizaram no movimento chamado Ocupa MinC e o resultado dessa pressão popular, fez com que a pasta fosse recriada e permanece-se ativa até final de 2018.

No ano de 2019, o governo de Jair Bolsonaro anunciou a extinção do Ministério da Cultura, rebaixando-o à secretaria, sendo incorporado pelo Ministério da Cidadania e mais tarde, remanejado ao Ministério do Turismo e, somente em 2023, a cultura retoma seu status ministerial, sendo sancionado por decreto, onde ainda perdura no governo vigente com ações de grande impacto identitário e cultural (Brasil, 2023).

Em síntese, percebemos o quão atribulado vem se constituindo a história da luta por políticas públicas de incentivo à cultura na esfera estatal. Apesar da situação atual ser mais favorável que períodos anteriores, é difícil prever o que acontecerá com a pauta cultural tendo em vista a constante instabilidade política em nosso país, uma vez que se desconhece o nível de importância dessa representatividade à classe dominante. O que acalanta é que, embora haja tentativas de retrocessos, dada a exemplificação da trajetória do Ministério da Cultura, tais imposições não serão aceitas pacificamente pela sociedade e do âmbito cultural.

A TESSITURA EPISTEMOLÓGICA AMAZÔNICA NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Quando se fala sobre Amazônia, muito se remete a sua espacialidade geográfica e biodiversidade, e bem pouco, à historicidade existencial da população local bastante viva em sua cotidianidade. Compreender esse universo sociocultural heterogêneo, exige uma ótica que integre natureza e cultura como parte constituinte do *ser* amazônida. Anterior ao processo violento de colonização ocorrido no país, já existia uma diversidade de povos originários pela Amazônia, com o acontecimento histórico citado, diversos grupos acabaram migrando à região e foram

reconstruindo suas identidades como é o caso dos ribeirinhos, quilombolas e demais imigrantes que, hoje, compõem a diversidade humana multiforme amazônica.

Todavia, vários desses legados de resistências e saberes produzidos por esses povos marginalizados, subalternizados e oprimidos, estão deixando de serem narrados, compartilhados, ou mesmo ensinados nos ambientes educacionais, dando-se ênfase a um referencial eurocêntrico regional racionalista moderno que se autointitula universal. Como reforça Santomé (2009),

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas (Santomé, 2009, p. 161).

Descolonizar esse pensamento, sob à luz da epistemologia decolonial e dialética, requer entender que educação e cultura estão organicamente interligadas, pois o ato de educar visa formar e socializar o indivíduo através da transmissão de conteúdo como crenças e valores que subsidiaram o desenvolvimento da aprendizagem, a reconstrução do conhecimento e principalmente, à construção de sua identidade intelectual e pessoal.

Assim sendo, durante a seleção e reelaboração do currículo é fundamental reconhecer o contexto cultural dos alunos validando-o nas práticas de ensino, de modo que não se imponha somente arranjos educacionais hegemônicos que vão desconectando-os de sua realidade fazendo-os criar “retalhos de realidade”, o que se configuraria de acordo com Freire (1987), numa educação bancária onde os educandos são depositários de um “saber” julgado superior aos demais.

Sabe-se que as escolas são um instrumento para manter o *status quo* de certos grupos no poder, e por isso reverbera padronizações e homogeneizações articulada a visão dominante de mundo e sociedade, e por isso possui barreiras estruturais para assumir conteúdos de natureza popular. Isso se dá, segundo Braga (2004, p. 107), pelo fato de que “a função educativa da escola está centrada no conhecimento público, compreendido a Ciência, a Filosofia, a Cultura e a Arte, que podem ser utilizadas como ferramentas para analisar e compreender o processo de socialização reprodutora”. Ou seja, o formalismo científico ofertado pelo sistema educacional voltasse a superficialidade de conteúdos já comprovados e questionados, onde inibe-se o senso crítico e a criatividade, facilitando a avaliação qualitativa e quantitativa expressa nos indicadores de qualidade.

Ao contrário, de integrar saberes regionais ao currículo escolar, especificamente os da Amazônia ligados ao campo subjetivo e não oficiais, o qual demandaria um esforço maior de adequação para o debate educacional. Contudo, Neves (2002) enfatiza que

O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistiria na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sociocultural, político e geo-ambiental, na interação com os grupos sociais em todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominados, conectando o individual com o social (Neves, 2002, p.89).

A luta que nos inquieta, é por uma educação multicultural que incorpore aos pressupostos curriculares todos os grupos sociais, étnicos e culturais, sem que haja exclusão ou imposição de saberes como referenciais unívocos. Cada localidade tem sua especificidade e seu legado histórico, por isso é fundamental desmistificar discursos colonizadores que disseminam interpretações equivocadas principalmente sobre o viver/educar na Amazônia, e desconhecem a existência de uma diversidade cultural que tem sofrido inúmeros preconceitos e estereótipos.

Como ressalta Beltrão e Lacerda (2017), é preciso romper com as representações fragmentadas e oferecer um novo olhar sobre o contexto amazônico, promovendo a pluralidade de saberes na base curricular, permitindo que reverbere o lugar das falas de sujeitos considerando sua percepção e criticidade de como seus *corpus* estão sendo representados, como se relacionam com suas identidades e como (re)existem no cenário atual.

Foi nessa perspectiva, em dar visibilidade aos sujeitos, e grupos sociais da região nos discursos da História e Geografia Nacional, que na década de 90, houve à inserção das disciplinas História e Geografia Regional do Amazonas nos currículos das escolas brasileiras e locais, inclusive compondo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 (Mendonça, 2022). Mas de acordo com Mendonça (2022), estas foram retiradas do currículo amazonense no ano de 2010, passando a figurar como um apêndice da História e da Geografia Geral, ministradas nos últimos anos letivos. Nota-se, que esse “conteúdo subjetivo” não se trata de um elemento isolado da “padronização social”, carrega uma dimensionalidade de conhecimentos científicos, físicos, antropológicos, geográficos, históricos e teológicos, que podem descentralizar concepções e fomentar novas teorias e estudos significativos à racionalidade científica (Mendonça, 2022).

É notório, os avanços das políticas públicas educacionais quanto à democratização e valorização desses saberes subjetivos nas matrizes curriculares, trazendo para diálogos críticos

questões a respeito de classe social, tecnologia, gênero, sexualidade, etnia e dentre outros. Além de impulsionar ações complementares *in loco*, em espaços culturais e articuladas à comunidade, os quais possibilitam a ampliação e reflexão do *eu* como sujeito histórico, social e cultural.

O currículo não é neutro e nem estático, por mais que corresponda aos anseios e metas institucionalizadas, pode ser flexível as dinâmicas decorrentes do processo educacional (Leão, 2023), principalmente no que cerne ao alinhamento da prática pedagógica as peculiaridades do aluno amazônico, sejam no ambiente formal, informal ou não-informal de ensino. É nesse sentido, de buscar a preservação e permanência dessa epistemologia amazônica autêntica e sólida, através dos processos de aprimoramento e estudo da cultura local, que os espaços educacionais podem contribuir com sua função social, de não permitir o epistemicídio regional dessas características identitárias (Mello, 2024).

FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tanto a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC/AM) como o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro (LAOCS) apresentam especificidades didáticas que estão efetivando uma epistemologia amazônica em prol de um currículo multicultural e crítico, mesmo sendo desenvolvidas em ambientes não formais.

A Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, criada em 1997, tem como missão desenvolver e implementar políticas culturais que promovam a diversidade e a riqueza cultural da região, além de proteger e preservar o patrimônio histórico do Estado (Amazonas, 2023). A preservação e a criação de locais dedicados à manutenção da história e do fazer cultural regional são essenciais para a educação dos amazonenses. Utilizar centros culturais como espaços de educação não formal proporciona aos estudantes uma experiência imersiva na culturalidade e historicidade locais, ampliando o aprendizado para além das salas de aula tradicionais, oportunizando de aprendizado interativo, fortalecendo o vínculo entre cultura e educação, além de formação de uma sociedade mais engajada, que será capaz de valorizar e preservar o patrimônio cultural e natural do Amazonas (Amazonas, 2023).

De acordo com Gohn (2011) e Gadotti (2005), não se deve restringir os processos educacionais a um único espaço, no caso, a escola regular, pois é preciso expandir a visão educacional e, reconhecer que a aprendizagem e o ensino também acontecem em outros espaços como os não formais e informais, podendo complementar e auxiliar na construção do aprendizado

de propostas curriculares institucionais, sejam em escolas ou universidades, consolidando uma pedagogia social de caráter humanizador, problematizador e emancipador frente à complexidade da educação na contemporaneidade.

Por sermos uma região fortemente cultural, dado os diversos festivais e festas locais que ocorrem na capital e municípios adjacentes, fez-se necessário instituir um ensino voltado as artes que pudesse tornar os cidadãos em fazedores, apreciadores e consumidores desta cultura. Nessa perspectiva, cria-se em 20 de julho de 1998, o LAOCS, responsável por esta formação técnica-artística na região, sendo ofertada de forma gratuita a população, nas linguagens de artes visuais, dança, música e teatro (Amazonas, 2025).

A instituição é composta por polos e unidades integradas entre si, localizadas em três cidades do Estado do Amazonas: uma unidade no município de Parintins, especificamente nas dependências do Centro Cultural de Parintins (Bumbódromo), e outra no município de Envira no Centro de Eventos e Negócios Agropecuários (CENA). Na capital Manaus, temos a Matriz situada no Centro Cultural Governador Gilberto Mestrinho (Sambódromo) – Zona Centro-Oeste, e os polos instalados: no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola - Zona Norte; no Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou – Zona Oeste; no Centro Estadual de Convivência do Idoso – Zona Sul e, mais recentemente, no Centro Cultural Anibal Beça – Zona Leste (Amazonas, 2025).

Buscando democratizar ainda mais o acesso à formação artística e às demandas da economia cultural nas comunidades interioranas do Estado, haja vista às complexidades logísticas e financeiras de instalar unidades físicas nesses locais, cria-se o Núcleo de Difusão Cultural para sanar esta necessidade e assim atuar em três campos: com o Liceu On-Line, a Promoção Cultural e as Salas de Cultura (Amazonas, 2025).

Um alcance de público que tem caracterizado o perfil da comunidade escolar, em sua maioria, são estudantes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. A faixa etária atendida pelo Liceu é a partir dos 5 anos de idade à idosos de 60+. Os núcleos artísticos com maior preferência são: Música e Dança, seguido de Artes Visuais e Teatro. Há também grande procura das pessoas com deficiência nos cursos artísticos, seja por interesse particular ou recomendação médica. Outro ponto, trata-se do aperfeiçoamento artístico e a contratação de estagiários das áreas correlacionadas oportunizado pela instituição, inclusive muitos docentes atuantes são egressos do Liceu de Artes, assim como tanto outros com carreira profissional no exterior (Amazonas, 2025).

Um trabalho pedagógico que vem despertando interesse e parcerias significativas com as Universidades Públicas locais devido o alinhamento de propostas curriculares que culminam em propiciar aprendizagens amazônicas nas diversas vertentes em que os cursos podem ser explorados, visando o olhar mais crítico e amplo sobre sua atuação profissional. Neste sentido, Lacerda Júnior (2014) enfatiza que

[...] o Liceu configura-se como uma escola de artes, em que o encontro com o não formal é elemento base para seu funcionamento institucional, no qual os cursos livres atuam como momento de expressão da criatividade que emana do fazer artístico e não se fecha numa estrutura curricular predeterminada por padrões e currículos educacionais, organizando-se, dessa maneira, em quatro (04) núcleos de artes: música, dança, teatro e arte visual (Lacerda Júnior, 2014, p. 62).

Historicamente, para que o Liceu fosse implantado aqui, o governo da época investiu na contratação de profissionais internacionais vindos da Bulgária, Rússia e Bielorrússia, no intuito de capacitar e aprimorar a estética artística dos amazonenses que iriam estudar na instituição Lacerda Júnior (2014). Essa missão artística, veio corroborando com a forte influência europeia em algumas práticas de ensino no Liceu. No entanto, este paradigma tem sido reorganizado pela equipe técnica e pedagógica, no sentido de oportunizar os estudantes a diversificar, valorizar, criar e recriar conhecimentos e saberes regionais, além dos nacionais e internacionais, no seu fazer artístico. Apesar das particularidades de cada núcleo artístico, uma vez que possuem sua respectiva coordenação artística e pedagógica, há dialogicidade e criticidade conteudista nas mostras pedagógicas, exposições, apresentações e eventos em espaços públicos e culturais, onde os trabalhos individuais e coletivos estão mais inclusivos ao perfil do público regional, no caso do núcleo de música, houve a inserção de ritmos musicais como o Beiradão, toadas de Boi Bumba e carimbó (Lacerda Júnior, 2014).

No núcleo de artes visuais, às produções temáticas de pinturas, desenhos, esculturas, fotografias, filmes e cenografias envolvem um processo criativo ligado à atividade, ao meio ambiente e à cultura dos povos da região amazônica, utilizando muitas das vezes, materiais como carvão, a madeira reutilizada, urucum e barro na confecção de certas obras.

No que tange aos núcleos de dança e teatro, trazem em suas atuações teatrais e coreografias uma expressividade corporal e artística que representam, por vezes, movimentos, lutas, histórias e simbologias da cultura amazônica, integrando elementos tradicionais como danças, músicas e trajes típicos nestas produções cênicas.

Vale salientar, que os núcleos artísticos em conjunto, já realizaram inúmeros espetáculos temáticos e comemorativos direcionado a este resgate cultural ao longo dos anos, destaca-se: Amazônia – Os Encantos da Floresta (2018 e 2019), Natal Caboclo (2021), Uma viagem inclusiva pelo Folclore Brasileiro (2022), Corpo-Sentimento: O massacre de 1905 (2022) e dentre outros. Nesses eventos, sempre há uma equipe multidisciplinar que acompanha os alunos e dar suporte logístico, permitindo que pais e/ou responsáveis possam prestigiar as apresentações de forma gratuita e preferencial nas plateias dos espaços cedidos, bem como ao público em geral.

Todo trabalho desenvolvido em cênica, é articulado pelo corpo docente para que o aluno compreenda como o processo formativo acontece e principalmente, qual abordagem sócio-histórica será problematizada e assim fomentar a criticidade, originalidade e valorização identitária acerca temática. Reflexos dessa ação é observada quando os grupos de alunos do Liceu são convidados para atuarem profissionalmente em eventos renomados, como o Festival Folclórico de Parintins e outros adjacentes. Embora, o Liceu tenha uma vasta contribuição social e cultural a população amazonense, ainda existem pessoas que não conhecem o espaço físico e nem a importância deste trabalho em prol de uma educação e sociedade emancipatória.

Salienta-se que, em meio aos desafios impostos pela pandemia da Covid-2019 no âmbito educacional, o Liceu buscou alternativas para se manter ativo no atendimento aos estudantes existentes, foi quando optou-se por videoaulas gravadas e oficinas on-line ministradas pelos instrutores da instituição, em que abrangia técnicas específicas de cada núcleo artístico de maneira simplista e interativa nas plataformas digitais, aberto ao público em geral, destacando a participação de pessoas dos outros estados nos cursos ofertados.

Uma iniciativa bem avaliada pelos próprios alunos visto à pouca valorização e necessidade do campo artístico naquele momento pandêmico. Vale ressaltar também, o projeto Natal nos Cetis, uma parceria entre Secretaria de Cultura e Economia Criativa - SEC/AM e a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC/AM, onde o Liceu tem promovido manifestações artísticas natalinas como: cantatas, danças e apresentações teatrais adaptadas ao contexto amazônico em 10 centros de educação em várias zonas da capital, de modo a encerrar o ano letivo da rede pública.

Quanto a parte de Oficinas do Liceu, é ofertado a comunidade escolar capacitações, oficinas, palestras, workshop, masterclass, vivências artísticas e cursos de economia criativa, executados em parcerias com instituições, egressos e artistas consagrados da região, é o caso de: Chico da Silva (Música), Davi Assayag (Música), Turenko Beça (Artes Visuais), Ednelza Sahdo

(Teatro), cursos livres como de Marcenaria Básica e Bioinstrumentos Amazônicos, objetivando enriquecer o processo educativo e criativo, a partir das perspectivas e experiências compartilhadas na troca de saberes, contribuindo assim para o desenvolvimento e a inovação nas respectivas áreas artísticas.

Para Gardner (1998) um aprendizado culturalmente relevante é aquele que se conecta com as experiências e contextos culturais, ampliando a educação para além das fronteiras formais e promovendo um aprendizado significativo. Tendo como base esse conceito, os espaços não formais gerenciados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa para a cultura regional no estado do Amazonas tem se mostrado cada vez mais relevante quanto ao seu uso visto que favorece uma aprendizagem mais significativa e interessante para os estudantes e público diverso.

Além disso, esses espaços evidenciam sua importância como via de contribuição para a formação integral do ser humano, destacando seu potencial pedagógico para complementar diversas áreas do conhecimento. A vivência artística e a estrutura física dos centros culturais proporcionam impressionantes salas de aula imersivas, permitindo que os alunos experimentem de forma real a história. Por exemplo, o Centro Cultural Povos da Amazônia, situado na área da Suframa, no bairro Distrito Industrial I, contém cinco museus, três bibliotecas e a Maloca Maroaga, que apresentam a cultura dos povos originários e ribeirinhos *in loco*. Ainda tem o Palacete Provincial, o Museu do Seringal e os museus situados ao redor do Teatro Amazonas, exercem um papel fundamental como ambientes de educação não formal.

Oferecendo acesso aberto à comunidade, funcionam como verdadeiros atos de resistência educacional, preservando e promovendo a rica herança cultural da Amazônia. Através de exposições, atividades interativas e eventos culturais, esses locais não apenas preservam a memória histórica, mas também fomentam um aprendizado contínuo que vai além das fronteiras tradicionais da sala de aula. São lugares onde a cultura se manifesta de maneira viva e acessível, permitindo que tanto os moradores quanto os visitantes se conectem profundamente com as raízes culturais da região.

Recebendo visitas de escolas públicas e particulares, proporcionando aos estudantes uma oportunidade única de vivenciar a história e a cultura amazônica de forma direta e imersiva. As visitas educativas são uma forma para fortalecer o vínculo dos população com sua própria herança cultural, ao mesmo tempo em que incentivam a valorização da diversidade. Ao transformar as

visitas em experiências significativas, a SEC/AM promove um aprendizado que ultrapassa o conteúdo teórico, enraizando-se na vivência e na interação com o patrimônio cultural.

É importante destacar, que a imersão na cultura dos povos da Amazônia se estende a uma variedade de espetáculos criados especialmente para promover e celebrar nossa regionalidade. Nesse contexto, o Liceu de Artes Claudio Santoro se destaca ao realizar ações que envolvem diretamente os estudantes de artes, proporcionando-lhes a oportunidade de se apresentar no renomado Teatro Amazonas. Essas apresentações não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também introduzem a vivência educacional dentro desse espaço icônico, que é um verdadeiro patrimônio cultural da Amazônia. Ademais, é fundamental enfatizar a relevância das atividades educacionais e culturais que ocorrem nesse ambiente.

Tornar essas iniciativas visíveis é uma prioridade, pois precisamos não apenas divulgá-las, mas também preservar essa abordagem única que ajuda a conectar a comunidade com suas raízes culturais e artísticas. Freire (1996) afirmava que o aprendizado que se dá na vida cotidiana, em espaços culturais e sociais, em momentos de trocas e vivências coletivas, é fundamental para a formação integral do sujeito. Ainda continua dizendo que não podemos restringir a educação ao espaço escolar, pois a vida em si é um constante aprendizado.

Durante as apresentações dos alunos do Liceu, há transmissões online destes conteúdos, através do canal *@culturadoam* no YouTube. Tendo acessibilidade total, incluindo audiodescrição e intérpretes de Libras presenciais e para o vídeo transmitido. Essa acessibilidade traz ainda mais relevância para o conteúdo apresentado. Tornando o conteúdo acessível para toda uma população que requer esse tratamento diferenciado. É importante ressaltar que no Brasil, a acessibilidade é regulamentada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A LBI está estabelecida pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. A afirmação sobre a obrigatoriedade da disponibilização de recursos de acessibilidade em eventos culturais, educacionais e de lazer, como audiodescrição, legenda e intérprete de Libras, está prevista no art. 42 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que diz: “Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso da subtítuloção, da janela com intérprete de Libras e da audiodescrição, conforme regulamento”.

Como estratégia de divulgar o conteúdo oferecido pela instituição, toda ação cultural é transmitida pelo canal de YouTube da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas é um exemplo significativo de como a tecnologia digital pode ser uma poderosa ferramenta na preservação

cultural e no fomento ao diálogo intercultural. Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as tradições locais frequentemente enfrentam o risco de se perderem no tempo, plataformas como o YouTube oferecem uma oportunidade sem precedentes para a documentação e divulgação de expressões culturais únicas. Através do canal, a Secretaria consegue não apenas registrar e arquivar performances e manifestações culturais da região amazônica, mas também facilitar o acesso a esse patrimônio por audiências globais, rompendo barreiras geográficas e culturais.

Isso permite que tradições locais sejam apreciadas e estudadas por pessoas em todo o mundo, promovendo um intercâmbio cultural essencial para o fortalecimento e a valorização da diversidade cultural. Além disso, o canal promove uma interação ativa com o público, permitindo que comunidades locais compartilhem suas narrativas e ampliem suas vozes em um espaço digital acessível e inclusivo. Assim, o uso de plataformas digitais como o YouTube torna-se um aliado estratégico na missão de proteger e celebrar o rico e diversificado patrimônio cultural da Amazônia, ao mesmo tempo que estimula a conscientização global sobre a importância de sua preservação.

CONCLUSÃO

No decorrer do artigo, exploramos a intersecção entre cultura, educação e formação artística no contexto amazônico, ressaltando a importância de uma epistemologia que valorize os saberes locais. Procuramos considerar, para além do discurso oficial, as possibilidades reais desse feito, uma vez que as políticas culturais no Brasil, marcadas por avanços e retrocessos, refletem os desafios enfrentados na valorização da diversidade cultural e na inclusão dos elementos regionais nos currículos educacionais.

A apreciação dos espaços não formais de educação, como aqueles administrados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC/AM) e pelo Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro (LAOCS), demonstrou como esses locais se configuram como ambientes férteis para a preservação e difusão das tradições culturais amazônicas e do quanto eles representam um espaço de amazônidas para amazônidas, sem esquecer-se que também nos construímos como cidadãos do mundo.

Através de práticas pedagógicas inclusivas, imersivas e articuladas com as novas tecnologias, esses espaços não apenas promovem a formação artística, mas também fomentam o fortalecimento da identidade amazônica. A inclusão digital e a acessibilidade, asseguradas por

meio de recursos como audiodescrição e intérpretes de Libras, reafirmam o compromisso com uma educação e uma cultura verdadeiramente abrangente.

Por tudo isso, compreendemos que a preservação e celebração da cultura amazônica, assim como da cultura brasileira como um todo, vai além da questão de reconhecimento como nacional; trata-se de uma missão essencial para fortalecer a coesão social e promover um intercâmbio cultural que enriquece a sociedade como um todo, valorizando nossa identidade e nossa identificação com esses espaços. A cultura, como um componente vital da identidade nacional, deve ser constantemente protegida, celebrada e ampliada, garantindo que as futuras gerações não apenas a conheçam, mas também contribuam para seu desenvolvimento contínuo e sua perpetuação.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado. **Roteiro das Artes**. Manaus/AM, 2023. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/roteiro-das-artes/>. Acesso em: out. 2024.

AMAZONAS. **Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro - História**. Manaus, 2025. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/liceu-historia/>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação**. Publicado em 17 mar. 2023, 07h10. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-57, 2008.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 44.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **In**: Institut international des droits de l'enfant (IDE). **Droit à l'éducation**: solution à tous les problèmes ou problèmes nas solution? Sion (Suisse), 18-22 oct. 2005. p. 1-11.

GARDNER, Howard. **Intelligence reframed**: multiple intelligences for the 21st century. New York: Basic Books, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra**: as Capitâneas do Norte e o comércio atlântico de escravizados para os sertões e as Minas do Brasil (c1654-c1760). Editora CRV, 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 103 p. p. 77.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LACERDA JUNIOR, José Cavalcante. **Das imagens das crianças às imagens das Ciências**: o encontro da infância com a cultura científica. Manaus: UEA, 2014. p. 160.

LASMAR, Mônia Medeiros. **A influência da religião na política brasileira**: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do Congresso Nacional. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensamento selvagem**. 3. ed. Paris: Librairie, 1962. p. 269.

LEÃO, Débora Ortiz. **Organização curricular**: saberes, políticas e perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2023.

MELLO, Mariana Neves Cruz. **Navegando por entre os meandros dos saberes e abeirando os muros da academia na Amazônia Paraense**: rumo a uma universidade pluriepistêmica? Editora CRV, 2024.

NASCIMENTO, Deisiane Aviz; BASTOS, Sandra Nazaré Dias. Currículo escolar e Amazônia(s): formas de ver e pensar o contexto amazônico. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2023. ISSN 2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.66129>.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/Salvador: UEFS/ed. Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Isadora Franco. **Cultura e paisagem na valorização da identidade local**. 2023. 70 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

OLIVEIRA, Ione. **Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial**. Simpósio Nacional da ANPUH, v. 27, 2013.

PENNA, Maria Cristina Vitoriano Martines; GUEDES, Marcio Bulgarelli; GUEDES, Laise Reis Silva; RAMOS, Paula Gabriela Coetti. Interconexões entre interculturalidade, diversidade étnica e direitos humanos na transformação social: um estudo sobre povos originários e comunidades tradicionais à luz da Constituição Federal de 1988. **Aracê**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 14703–14731, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-217. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2189>. Acesso em: 17 set. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57–77, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379>. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

SILVA, Isadora Rodrigues Moreira da. **O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e a Lei Aldir Blanc**. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SOUZA, Daniel Natali; BENVENUTTI, Cristiane Dall Agnol. A imigração italiana e os contextos históricos de Brasil e Itália no século XIX. **Caderno Intersaberes**, v. 13, n. 46, p. 145-159, 2024.

TYLOR, Edward Burnett. **Religião e cultura**. 2017. British Library Cataloguing-in-Publication Data, 2017. p. 183.

WALSH, Catherine. **Memorias del Seminario Internacional “Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad”**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.